



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Muriaé/MG, 19 de março de 2024.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Senhora Vereadora,

Após detida análise do Projeto de Lei n.º 030/2024, protocolado sob o n.º 290/2024 e aprovado por esta Augusta Casa Legislativa, observei que referido projeto padece de vício de ilegalidade formal, como passarei a demonstrar nas seguintes

RAZÕES DE VETO

Preliminarmente, cumpre salientar que, conforme art. 94, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Muriaé, compete privativamente ao Prefeito vetar proposições de lei, total ou parcialmente. Senão vejamos:

Art. 94 – Compete **privativamente** ao **Prefeito**:
IX – Vetar proposições de Lei, **total** ou **parcialmente**.

Outrossim, o veto ora concebido é tempestivo, uma vez que o art. 81, *caput*, da Lei Orgânica do Município, fixa o prazo para veto em 15 (quinze) dias a contar do recebimento do projeto aprovado, *in verbis*:

Art. 81 – A proposição de Lei, resultante de projeto aprovado pela Câmara, será enviado ao Prefeito que, no prazo de **15 dias**, contados da data de seu recebimento:

Ultrapassados os apontamentos iniciais quanto à legitimidade do Chefe do Executivo e quanto à tempestividade do veto, passo a tecer as seguintes considerações.

Cuida-se de projeto de lei que *“dispõe sobre a reserva de áreas para estacionamento de veículo de cliente em frente as farmácias e drogarias no âmbito do Município de Muriaé”*.

Decerto, a iniciativa do vereador proponente e desta Casa Legislativa é louvável, eis que, imbuídos da mais nobre intenção, aprovaram a legislação apresentada, evidenciando o afincamento que têm tido na busca pela consecução do bem comum e do melhor interesse dos munícipes.

Sem embargo, o direito, para além das boas intenções, exige a estrita observância de preceitos outros fundamentais, sem os quais a ordem jurídica entra em verdadeiro colapso.

Digo isto porquanto, em que pese à boa intenção que permeou os trabalhos de apresentação, deliberação e aprovação da legislação em comento, a proposta, sob o aspecto formal, mostra-se flagrantemente inconstitucional.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

Após a detida análise, constata-se que as imposições contidas no Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo, onde se determina o estacionamento gratuito pelo tempo de 10 (dez) minutos aos veículos de clientes que precisarem realizar compras em farmácias e drogarias, configura verdadeiro avanço da norma na gestão administrativa do Município, que, constitucionalmente, é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Isso porque, a Lei Orgânica do Município de Muriaé estabelece, no Art. 94, III, XIV e XXIII, quais atos são de competência reservada ao Prefeito. Vejamos:

Art. 94 – Compete **privativamente** ao Prefeito:

III – **exercer**, com auxílio dos Secretários Municipais, **a direção superior do Poder Executivo;**

XIV – **dispor**, na forma da lei, **sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;**

XXIII – **exercer**, com o auxílio do Vice-Prefeito, Secretário Municipal ou diretores equivalentes, **a administração do Município**, segundo os princípios da Lei Orgânica Municipal. (Grifado)

Por esse motivo, ao impor tais encargos, o Projeto de Lei n.º 114/2022 diverge do Princípio da Reserva da Administração estampado nos incisos supracitados.

Tal interferência, nas palavras de Hely Lopes Meirelles, resta configurada quando a norma de iniciativa parlamentar ingere-se na direção e organização do Poder Executivo. *Ipsis Litteris*:

“a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos e convém se repita que o Legislativo provê 'in genere', o Executivo 'in specie'; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo.” (Grifado)

Não há dúvida, pois, de que a matéria tratada na legislação aqui impugnada está inserida dentre aquelas sujeitas à iniciativa reservada do Prefeito Municipal, em relação às quais não é dado ao Poder Legislativo local imiscuir-se, incorrendo em flagrante afronta ao princípio da separação e harmonia dos poderes.

Em verdade, o PL n.º 030/2024 acaba por criar obrigações à Administração Pública, quando deveria ficar a cargo do Chefe do Poder Executivo deliberar a respeito da conveniência e oportunidade da criação de eventuais estacionamentos ou vagas em casos tais. E mais, a regulamentação de estacionamento em vias públicas é matéria que, na dicção do Art. 24, I, II e III do Código de Trânsito Brasileiro, **competete aos órgãos e entidades executivas de trânsito dos municípios**. Vejamos:

Art. 24. **Competete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios**, no âmbito de sua circunscrição: (Redação dada pela Lei nº 13.154, de 2015)



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

Até porque, sabe-se que a instituição de estacionamentos especiais, com a utilização de vias públicas junto ao meio fio, reflete o exercício da gestão administrativa-patrimonial sobre a utilização privativa de bens públicos de uso comum do povo.

É pacífico, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, o entendimento segundo o qual cabe ao Poder Executivo, primordialmente, a função de administrar, sendo que o referido diploma invade a seara da gestão administrativa, ao editar lei disciplinando estacionamento em vias públicas, atribuição inerente à atividade, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, *in casu*, o Departamento Municipal de Transporte e Trânsito – DEMUTTRAN.

Ademais, cumpre esclarecer que a Resolução CONTRAN n.º 965, 17 de maio de 2022 define de forma taxativa quais áreas serão de estacionamentos específicos, no Art. 3º. Isso porque, o Art. 19 da Resolução dispõe acerca da vedação de criação de vagas de estacionamento fora da previsão do rol. Veja-se:

Art. 19. Fica **vedado destinar** parte da via para **estacionamento** privativo de qualquer veículo **em situações de uso não previstas nesta Resolução.** (Grifado)

Por fim, consigno que a norma inquinada interfere na organização e funcionamento da municipalidade na medida em que tem potencial para conduzir à revisão contratual em favor da concessionária administradora do estacionamento rotativo e, consequentemente, impor ao Poder Executivo ônus administrativos e custos financeiros gerados pela isenção tarifária criada pelo Poder Legislativo nos estacionamentos a que se refere.

Essa ingerência caracterizada pela alteração contratual – isenção de rotativo nas vagas defronte às farmácias e drogarias, obrigando ao município arcar com o ônus de sua instalação e sinalização dos locais-, desconsiderando o firmado previamente entre o município e a concessionária que administra o estacionamento rotativo local, pode gerar desequilíbrio contratual com a alteração deste aspecto econômico, o que modifica a equação financeira do acordo, interferindo na autogestão.

Sobre o assunto, leciona o Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico do contrato administrativo, também denominado equação econômica ou equação financeira, é a relação que as



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

partes estabelecem inicialmente, no ajuste, entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento. Em última análise, é a correlação entre objeto do contrato e sua remuneração, originariamente prevista e fixada pelas partes em números absolutos ou em escala móvel. Essa correlação deve ser conservada durante toda a execução do contrato, mesmo que alteradas as cláusulas regulamentares da prestação ajustada, a fim de que se mantenha a equação financeira ou, por outras palavras, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (Lei 8.666/93, art. 65, II, "d" e § 6º)". (Licitação e Contrato Administrativo. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2002).

O direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo encontra amparo no Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que assim dispõe:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Ainda, visando demonstrar o impacto que pode ocasionar nos contratos administrativos, o Supremo Tribunal Federal já declarou inconstitucional uma lei de iniciativa parlamentar que afetou o equilíbrio-econômico financeiro de um contrato administrativo. Vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 7.304/02 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. EXCLUSÃO DAS MOTOCICLETAS DA RELAÇÃO DE VEÍCULOS SUJEITOS AO PAGAMENTO DE PEDÁGIO. CONCESSÃO DE DESCONTO, AOS ESTUDANTES, DE CINQUENTA POR CENTO SOBRE O VALOR DO PEDÁGIO. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO. VIOLAÇÃO. PRINCÍPIO DA HARMONIA ENTRE OS PODERES. AFRONTA.

1. A lei estadual afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de obra pública, celebrado pela Administração capixaba, ao conceder descontos e isenções sem qualquer forma de compensação.
 2. Afronta evidente ao princípio da harmonia entre os poderes, harmonia e não separação, na medida em que o Poder Legislativo pretende substituir o Executivo na gestão dos contratos administrativos celebrados.
 3. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.
- (ADI 2733, Relator(a): EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 26/10/2005, DJ 03-02-2006 PP-00011 EMENT VOL-02219-02 PP-00280) (Grifado)

Portanto, ao analisar o projeto sob comento, salta aos olhos que o vereador proponente, embora imbuído da mais nobre intenção, legisla com excesso de poder e invade a gestão administrativa, o que é vedado pelo Princípio da Reserva da Administração, não legislando com caráter regulatório, genérico e abstrato, executando atos privativos ao Prefeito, em inobservância ao que dispõe o Art. 94, III, XIV e XXIII, da Lei Orgânica do Município de Muriaé.



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

GABINETE DO PREFEITO

São essas as razões, Excelentíssimo Senhor Presidente, que me conduziram a **VETAR** **TOTALMENTE** a proposição em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Na certeza de contar com a costumeira atenção deste Ilustre Presidente, renovo meu voto de estima e distinta consideração, extensivo aos D.D.s Edis.

Respeitosamente,

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Ao Exmo. Sr.

GERSON FERREIRA VARELLA NETO

DD. Presidente da Câmara Municipal